

Ataques autoritários à democracia liberal e a situação no Brasil

Bruno Garschagen

Analisando a situação do Brasil e da América Latina no tema do Estoril Political Forum de 2020, é preciso avaliar, baseado nesses parâmetros, o desenvolvimento político de cada país e como a região chega neste ano de 2020. O panorama atual não é nada bom, mas também não o era antes das independências e nos momentos históricos posteriores – a não ser em breves períodos. Na região, crises políticas e econômicas são o padrão, não uma exceção. Quando há um breve período de ordem, normalidade, prosperidade, logo o pêndulo pende para o lado das rupturas, crises etc.

O Brasil é, ao mesmo tempo, um exemplo como similaridades e distinções. As similaridades podem ser encontradas nas instabilidades, crises, decisões erradas e autoritarismo que caracterizam a república presidencialista brasileira desde que foi imposta de cima para baixo a partir de um golpe militar em 15 de novembro de 1889. É o nosso equivalente à revolução francesa, principalmente na tentativa de destruir tudo o que foi construído no passado e refundar do zero a sociedade e a política brasileiras. A comparação com o evento em França não é, portanto, elogiosa.

Alguns fatos nos diferenciam da história da América Espanhola. A começar pela nossa separação de Portugal, um caso interessantíssimo, não de independência, como aprendemos, mas de secessão levada a cabo por D. Pedro I, nascido em Portugal, com apoio do seu pai, o rei D. João VI, porque o Brasil, desde 1815, era parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Outro aspecto que nos diferencia é o fato de que o Império Brasileiro, que se estendeu de 1822 a 1889, foi o único momento em que se tentou política, institucional e constitucionalmente superar problemas políticos e culturais profundos, como o patrimonialismo, o mercantilismo, o intervencionismo.

Durante toda essa experiência as elites políticas promoveram reformas e encontraram soluções para desenvolver uma forma de governo e um arranjo institucional adequado e integrado à nossa cultura social e política, e baseados na nossa experiência de quando éramos vinculados politicamente à Portugal. Várias reformas foram empreendidas para dar conta dos desafios políticos e sociais.

Esse capital de experiência acumulado, que poderia ter sido desenvolvido e aprimorado até hoje, foi, à maneira jacobina, completamente descartado e destruído pelos revolucionários brasileiros, que empreenderam o golpe que derrubou a Monarquia. A esse equívoco seguiu-se outro: a importação do presidencialismo republicano dos Estados Unidos e a imposição de uma forma de governo completamente alienígena à nossa cultura política.

Estabelecido forçosamente com base num tipo de racionalismo na política e na uniformização da sociedade, dimensões muito bem explicadas pelo filósofo Michael Oakeshott, o presidencialismo brasileiro continua sendo disfuncional e um modelo aberto à crises, sem remédios ágeis que possam resolvê-las. Nosso modelo institucional e prática política formal é o avesso da ideia de política como arte defendida pelo filósofo John Kekes.

Nesse sentido, a advertência contra os riscos dessa aventura republicana foi formulada aqui mesmo no Brasil, no século XIX, pelo Visconde de Uruguai:

“Não procurar o melhor em abstrato, teoricamente e no papel, mas o que é relativamente possível e atualmente aplicável. Remover os inconvenientes que é possível arredar, resignar-nos aos inevitáveis, ou procurar atenuá-los, e esperar do tempo, do desenvolvimento do espírito público, e do senso prático da população aquele maior grau de melhoramento que podem atingir as sociedades humanas”.

Marca do conservadorismo brasileiro daquela época, o ceticismo do Visconde expõe a necessária desconfiança em relação aos limites da política, que não deve ser, em demasia, nem idealizada nem racionalizada.

A história política brasileira a partir da revolução de 1889 é repleta de crises, instabilidades, rupturas e autoritarismo de graus variados. Neste momento, a situação geral é agravada pela pandemia e pela emergência do Estado Tecnocrático, da ascensão dos técnicos ao poder político, e pela disfuncionalidade e arroubos autoritários de representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário,

Entretanto, apesar desse panorama dramático, há um aspecto relevante que torna este momento histórico atual uma grande janela de oportunidade para tentarmos resolver os problemas políticos e superarmos a tradição autoritária da política brasileira:

- O interesse por ideias conservadoras e liberais e o envolvimento político de parcela numerosa da sociedade;
- Pluralidade de ideias divergentes em conflito, principalmente nas redes sociais.
- Abertura incipiente e gradual de espaços de debate nos âmbitos acadêmico e político.

Não há novidade a respeito da tradição autoritária da república presidencialista brasileira, nem da instabilidade política do país, nem da disfunção institucional que tem um vício de origem. A grande novidade é a inserção de ideias políticas rivais, que permitem que a sociedade as conheçam e possa decidir quais são mais adequadas à sua visão de mundo e, com base nelas, empreender uma mudança política ordenada e qualitativa.

A lição é antiga e sempre valiosa: aprender com o passado para aprimorar o presente; consertar o que se quebrou; não mexer no que não está quebrado.